

## Cultura, Trabalho e Lutas Sociais entre Trabalhadores Agro-Extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana

**Gerson Rodrigues de Albuquerque**

Professor Adjunto do Departamento de História e Pesquisador Associado ao Centro de Documentação e Informação Histórica da Universidade Federal do Acre

Correio eletrônico: [gersonroal@bol.com.br](mailto:gersonroal@bol.com.br)

**Resumo:** Este artigo apresenta algumas dimensões da sobrevivência de arcaicas relações de trabalho, reativadas no final do século XX, na região do Vale do Juruá, na Amazônia acreana, principalmente, focalizando os conflitos na área abrangida pelo rio Valparaíso, onde os patrões passaram a impor um rígido controle sobre seringueiros/agricultores, lançando mão de atitudes carregadas de extrema violência para fazer valer as regras e normas do barracão. Recupera, ainda, a partir de relatos de trabalhadores agro-extrativistas, bem como por intermédio de fontes escritas, uma série de outras situações de cerceamento de liberdades e práticas de “trabalho compulsório” em outros rios juruaenses, como o Muru e o Envira, que evidenciam, em primeiro lugar, toda uma expropriação dos trabalhadores, visando expulsá-los de suas posses, para que os patrões possam agir livremente na retirada de madeira e, em segundo lugar, a manutenção de um “miserável aviamento” nos moldes tradicionais como forma de manter os seringueiros endividados e submissos aos interesses do barracão.

**Palavras-chave:** Trabalho, Trabalhadores, Cultura, Memória, Amazônia.

### Cultura, Trabajo y Luchas Sociales de los Trabajadores Extrativistas del Río Valparaíso en la Amazonía Acreana

**Resumen:** Este artículo presenta algunas dimensiones de la sobrevivencia de relaciones de trabajo arcaicas, reactivadas al final del siglo XX, en la región del Valle de Juruá, en la Amazonía acreana, principalmente, enfocando los conflictos en la área ocupada por el río Valparaíso, donde los patrones pasaron a imponer un rígido control sobre seringueiros/agricultores, utilizando actitudes cargadas de extrema violencia para hacer valer las reglas y normas del barracão (tienda en la cual los trabajadores tenían que comprar todo lo que necesitaban). Recupera, todavía, a partir de relatos de trabajadores agroextrativistas, así como por medio de fuentes escritas, una serie de situaciones de agresión a las libertades y prácticas de trabajo en otros ríos juruaenses, como el Muru o el Envira, que evidencian, en primer lugar, toda una expropiación de los trabajadores, en vista a expulsarlos de sus tierras para que los patrones puedan actuar libremente en la retirada de madera y, en segundo lugar, el mantenimiento de un “aviamento (obligación de comprar del patrón) miserable” en los moldes tradicionales como forma de mantener a los seringueiros endeudados y sumisos a los intereses del barracão.

**Palabras-clave:** Trabajo, trabajadores, cultura, memoria, Amazonia

---

Versão modificada do 1º capítulo da Tese de Doutorado “Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá – Acre, defendida em maio de 2001, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-São Paulo, sob a orientação da Professora Dra. Maria Antonieta Martinez Antonacci.

## Culture, control and the struggles of extractive workers in the Valparaíso River basin of the Amazon

**Abstract:** This article presents some dimensions of the remaining archaic labor relations systems revived at the end of the XX century in the Juruá Valley, Acre. It focuses on conflicts in the Valparaíso river area where employers imposed strict control over rubber-tappers and agricultural workers, eventually resorting to extremely violent measures to enforce the rules and norms of the “barracão” (“company store” from which workers had to buy all their provisions). Based on worker reports and written documents, the paper also examines other situations of unfreedom and “compulsory work” at Juruá Valley setting such as along the Muru and Envira rivers. The article argues that the cases examined show how brutal labor exploitation was used as a form of coercion, to force workers to abandon their property and possessions so that commercial logging could proceed unhampered. The areas also reveal more about the “miserable” company store tactics used to keep rubber-tappers in debt and thus subordinate.

**Keywords:** Labor; workers’ culture; social control; enclosure; memory; the Amazon.

### Ponto de partida

O Presente texto foi produzido a partir de uma pesquisa realizada no período de janeiro de 1994 a setembro de 2000, na região do Vale do rio Juruá, no Estado do Acre, Amazônia brasileira e reflete um pouco das múltiplas dimensões materiais e simbólicas, os conflitos, tensões e as estratégias de sobrevivência de famílias de trabalhadores agro-extrativistas da região, em particular do rio Valparaíso, no Alto Juruá.

O pano de fundo dos conflitos, com seu roteiro de diversificadas violências em que se destacam não apenas as formas diretas de expropriação e expulsão de trabalhadores agro-extrativistas de áreas de terras herdadas de um longo processo de ocupação e re-ocupação da Amazônia, mas, também, as indiretas impulsionadas pela propaganda pública e privada, pela pressão e novas investidas sobre os recursos naturais e pelos desenraizamentos de agrupamentos de trabalhadores da floresta, coloca-nos diante do desafio de entender que a questão da luta e da posse da terra na Amazônia acreana não está resolvida e que as palavras “reforma agrária”, esvaziadas de seus significados originais, combinaram mecanismos de poder e controle aos discursos demagógicos das “politicalhas” regionais para quem a visibilidade e a invisibilidade de mulheres e homens da floresta, assim como da cidade, apenas encontra eco a cada quatro anos, por ocasião da “festa do democrático voto obrigatório”.

Os novos interesses, assim como, as novas pressões sobre os recursos naturais amazônicos, impulsionados em fins do século XX pelo advento de biotecnologias, microtecnologias e outras “parafernálias” pós-modernas não apenas produzem novos hiatos na relação cultura-natureza ou sociedade-meio ambiente, mas e fundamentalmente, estabelecem novas bases para a questão da luta pela terra, principalmente, num tempo em que o Estado brasileiro incorpora a máxima do contraditório princípio do “desenvolvimento sustentável” e redefine a bases da geopolítica regional com a expansão de uma malha rodoviária que, sob o rótulo da “integração regional” torna-se prenúncio de novas tensões e pressões sobre as sociedade regionais, como vem ocorrendo na área da BR-317, a “Estrada da Integração com o Pacífico”.

Cruzeiro do Sul, 24 de março de 1995. Uma chuva fina cai sobre a cidade, tornando difícil a visibilidade à média e longa distância: é a “cerração”, como dizem os mais antigos, acompanhando os transeuntes nas primeiras horas da manhã. As águas escorrem pelas ladeiras da outrora capital do Departamento do Alto Juruá e, em conjunto com a umidade, torna o ambiente um pouco gelado.

Um homem tímido, receoso, porém decidido, salta de uma pequena canoa, ancorada num barranco próximo ao mercado, para percorrer com passadas rápidas a distância que o

separa da Defensoria Pública, naquele município, localizada, segundo informações colhidas entre feirantes, na direção da Prefeitura, próximo ao “Posto do Batista”.

Com roupas desgastadas pelo tempo, sandálias nos pés, um pequeno boné na cabeça, o olhar distante, ausente, disfarçando o medo contido, Raimundo Diniz dos Santos atravessa o mercado, singrando por entre atravessadores, paneiros de farinha, milho, sacas de arroz e feijão. O forte odor provocado pelos peixes em exposição, à espera de uma dona de casa ou outro comprador, confunde-se com o de suas roupas molhadas pelas águas do rio e da chuva, bem como por uma fina e nervosa camada de suor que lhe escorre pelo corpo.

O vento gelado e a chuva fina emprestam um ar bucólico ao panorama urbano que lhe desnorteia os sentidos e as estratégias de orientação. Se levarmos em conta as considerações de Kevin Lynch, sobre a segurança emocional que o domínio do ambiente propicia,<sup>1</sup> poderemos sugerir que um certo medo derivado da desorientação acompanha os passos desse homem da floresta, ao percorrer impassível as ruas da cidade, espaço que assim como o seringal, engloba práticas e vivências as mais diversas e, por sua vez, aparece sempre identificada às formas como cada um de seus habitantes ou visitantes a vê.<sup>2</sup>

Nos subterrâneos do medo, repica o sino da desobediência, da insubmissão que o leva a “buscar seus direito”, na Defensoria Pública de Cruzeiro do Sul. Deixemos, pois, a chuva molhar nossas cabeças, refrescando nossas possibilidades de interpretação, umedecendo os ressecados e amarelados papéis de nossos apontamentos e avancemos devagar, cautelosos pelo lamacento chão da realidade que impele um trabalhador rural a adentrar numa repartição pública, incumbida de “orientar e garantir a manutenção dos direitos individuais do cidadão”. Mas, entremos pela porta das pessoas simples, “comuns”, agucemos nossos ouvidos para ouvir suas vozes, compreender seus gestos:

“Eu tava lá e ele (o patrão) mandou eu fazê uma viagem prá ele: deixá uns milho, umas burracha e umas coisa assim. Quando eu cheguei lá, com dois dia ele mandou eu voltá de novo. Ai eu disse: ‘rapaiz a minha muié vai ficá só em casa. Quem é que vai dá rancho prá ela?’ Ai ele disse: ‘pode deixá que eu garanto’. Ai eu vim e passei treis dia. Quando eu voltei, a muié disse que ele tinha ido atrás dela, ai ela num aceitou. Desse dia em diante, ele vem me perseguindo. Quis me tirá do local, ai eu contatei com os vizim e eles disserum prá mim fazê uma casa. Tirei as madêra e sai carregando. Ai, num dia de chuva, eu fui com um primo dela (aponta para a esposa, ao lado), tirá umas madeira, quando eu voltei prá casa a muié tava embaixo de chuva. As minhas coisa tavam tudo na chuva também. Ai o vizim me disse prá mim procurá meus direito que ele tava do meu lado.”<sup>3</sup>

As palavras desse homem, que ouço inúmeras vezes, acompanhando a inquieta movimentação de suas mãos e a timidez de seu olhar que, vez em quando, ganha força expressiva e dimensão simbólica propiciando-me como “incríveis máquinas de projeção”, imagens velozes, representações das experiências narradas, lançam-me em direção a um emaranhado de questões, redes de relacionamentos, intrigas, suspeição, artimanhas “legalistas” e interesses diversos.

Mas, o que mais me atrai, é a significativa visão de um homem simples, com vestimentas rasgadas, porém decidido, irrompendo por entre becos, subindo ladeiras, “ultrapassando” bicicletas, automóveis e outros obstáculos da “cena urbana” para reivindicar direitos. Inexistentes direitos de cidadania num espaço onde “as diferenças e assimetrias

<sup>1</sup> Lynch, 1989, p.15.

<sup>2</sup> Tomo de empréstimo aqui, as interessantes reflexões desenvolvidas por Raymond Williams, acerca dos significados que podemos atribuir e/ou acompanhar às experiências humanas no campo e na cidade. Ver “O Campo e a Cidade: na história e na Literatura”. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>3</sup> Depoimento de Raimundo Diniz da Silva, trabalhador rural, residente no Seringal Valparaíso. Entrevista realizada em dezembro de 1995, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cruzeiro do Sul-Acre

sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e estas em relações de hierarquia, mando e obediência”<sup>4</sup>.

Ao ver tudo o que é seu destruído, Raimundo Diniz desafia o sentimento de “incapacidade”, “imobilidade”, emergindo como um ser dotado de vontade. Vontade que se transforma em atitude política, buscando romper essas relações de obediência, das quais nos fala Marilena Chauí.

“No dia 24 de março, eu vim e fui lá na Defensoria Pública e contei tudo e a dotôra disse que eu num tinha razão e que tava acabada a minha questão. Ai eu disse que tinha estragado todas as minha coisa e como é que ficava? E ela disse que eu tinha era que trabaiá prá pudê comprá tudo de novo. Foi a dotôra Nélida, ou era a dotôra Áurea? Uma das duas”.<sup>5</sup>

Se disciplina e obediência são palavras repletas de significados dos “mundos do trabalho” e, mais que isso, da lógica do capital, lógica dos patrões, que encontra interlocução no discurso “legalista” da Defensoria Pública, as imposições da “dotôra Nélida (ou Áurea)” provocam em Raimundo Diniz todo um sentimento de desconforto, um “certo nó na garganta”, porque põe abaixo a ilusão de um homem em busca de seus direitos.

A fria racionalidade da defensora pública, impondo uma espécie de “vai trabalhar vagabundo” ao seringueiro, “prá pudê comprá tudo de novo”, evidencia a paradoxal realidade de um Estado que, em convenientes circunstâncias, confisca aos trabalhadores rurais o direito à denúncia, à reivindicação. “Estúpido” direito de cidadania, como gostava de frisar um velho amigo de meu pai, no “senadinho”, em Rio Branco, Acre.

A solidariedade dos vizinhos, ao passo que confere apoio, reconforto e estímulo ao trabalhador, impelindo-o à cidade, vista como espaço de poder, torna-se “folha morta” frente ao discurso legal, à decisão “favorável ao patrão” de uma “defensora pública”. Discurso esse que recria o engano como legalidade, signo representativo da fala de uma categoria social afinada em transformar a representação jurídica em uma “máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária onde faltar o possível recurso à força bruta”<sup>6</sup>.

O discurso, a imperiosa decisão da “dotôra Nélida (ou era a dotôra Áurea?)”, evidencia, ainda, uma dimensão que metaforicamente sombreia o cotidiano de muitas cidades do interior amazônico: o poder, o “imenso poder impositivo”, que no imaginário das pessoas comuns, juizes, defensores públicos e delegados de polícia aparentam exercer e o exercem, na maioria das vezes, de forma arbitrária, confinando, intimidando e/ou condenando inúmeras comunidades ao silêncio, ao pânico e à resignação.

Ao seguirmos os passos e a fala de Raimundo Diniz, um trabalhador seringueiro em busca de seus direitos, é possível percebermos que este se depara não com uma Defensoria Pública disposta a exercer o papel de mediadora de conflitos e órgão público capaz de garantir respeito, se não ao cidadão, ao menos à pessoa humana. Ao contrário, evidencia-se uma prática institucional cujo discurso desnuda um apelo jurídico e um exercício do poder que visa fundamentalmente a disciplina e o controle social.

“Tropeçando” nas palavras, tentando encontrar um amparo, um argumento, uma frase que expresse sua indignação, sua “controlada” revolta interior, Raimundo Diniz movimentava os braços e as mãos por inúmeras vezes em direção à cabeça, tirando e recolocando o boné, olhando quase sempre para o chão, demonstrando um certo receio de fitar nos olhos seu interlocutor, colocando-nos frente a frente com dimensões simbólicas de uma cultura popular cuja marca de referência está moldada pela constante luta no sentido de afirmar direitos contra obrigações e imposições de regras formais presentes em toda a longa experiência da empresa extrativista na região do Juruá.

A mesma fala que denuncia, esbarrando nas artimanhas do poder público para conferir legitimidade às ações do proprietário, parece aceitar como natural o não ter a quem recorrer, uma espécie de “deixa prá lá” ou um “é isso mermo”. Essa aparente contradição,

<sup>4</sup> Chauí, 1989, p. 54.

<sup>5</sup> Raimundo Diniz, entrevista citada, 1995.

<sup>6</sup> Chartier, “O Mundo como Representação”, In Estudos Avançados, número 5, 1991.

apontando para modos de vida bastante complexos, expõe toda uma tensão estabelecida nos marcos daquilo que uma certa prática judiciária tem enfatizado como a lógica de um direito formal, cartorial sobre a propriedade da terra, contrário a um direito de fato, de posse familiar legitimada em décadas de trabalho.

Alimentando uma ilusão, reivindicando “direitos costumeiros” num espaço que lhe inferioriza a condição humana, caracterizando-o como sub-cidadão, visto que usa rotas vestimentas e fala uma língua fora dos padrões reconhecidos oficialmente – ferindo inapelavelmente o mito de uma “Nação Brasil” única e indivisível ao redor de seus brasões, poderes e sua língua portuguesa –, um trabalhador das matas, resignado, navega pensativo, distanciando-se cada vez mais de Cruzeiro do Sul, rumo à sua moradia, na Colocação Terra Firme.

Fiquei alguns dias intrigado, ponderando acerca de “pequenas” questões metodológicas, pensando se articulava a fala de Raimundo Diniz, com a de sua mulher, Maria Silva. Pensamentos angustiados, justificados ou não, por há muito ter adotado a decisão de não tratar os depoimentos de trabalhadores rurais como complementares a outros ou a outras fontes de pesquisa. Não obstante, preocupa-me a possibilidade de ser confundido com estudiosos que desperdiçam uma vida inteira em busca de um “estatuto da verdade”, uma suposta “verdade absoluta”, resultado do acúmulo de “pequenas verdades”, em seus escritos.

Mas, com um misto de receio e incerteza, mergulhado no silêncio de uma úmida madrugada de janeiro, deslizei repetidamente meus dedos pelas teclas de um pequeno gravador. Por inúmeras vezes ouvi a angustiada voz de Maria Silva, relatando representações a partir de uma outra perspectiva, de um outro olhar, de uma outra vivência, traços daquilo que considera marcante no seu cotidiano, nos últimos tempos:

“Ele (o patrão) derribô a casa porque ele mandô meu marido fazê uma viagem prá ele, daí ele foi lá em casa, de dia, e aí perguntei o que ele queria e ele disse que ia ajeitá a casa prá nós morá lá. Aí, de noite ele foi e dexô uma lata de sardinha e uma de conserva e eu disse que num queria e ele dexô sempre. Os menino jantarum e eu fui dormi. Eu tava dormindo e me acordei assustada ele puxando no meu pé. Aí eu dei um grito e o menino acordou gritando pelo nome do pai e aí ele correu e pulô embaixo aí foi simhora. No outro dia eu fui e preguei a casa todinha aí ele chamou o menino e perguntô o que que eu tava fazendo? Aí ele perguntô quem foi que andô lá em casa e o menino disse que num foi ninguém não. Aí ele passou treis dia escondido. Aí quando o meu marido chegou aqui eu contei prá ele. Aí ele mandou me chamá lá no barracão, prá mim ir lá só com o menino. Aí eu disse que num ia não, só ia quando o meu marido chegasse, aí ele foi logo dizendo que ia tocá fogo na casa. Aí um empregado dele foi e me avisô, aí ele foi botô fogo no outro dia, era seis hora da manhã. Aí, nesse dia tinha um monte de vizim vendo quando ele derribô a casa. Aí um vizim disse que eu num dissesse nada não, que ia ficá do meu lado. Meus filho ficarum tudo chorando, aí um outro vizim pediu prá ele deixá um pedacim da casa de pé e ele disse que num ia deixá porque contava com apoio do juiz prá derribá a casa”.<sup>7</sup>

Como que entoando uma velha cantiga, entristecida pelas mágoas do tempo, com uma voz que narra veloz, cantada, sem preocupação com uma linearidade temporal, sem pausas explicativas, Maria Silva trilha pelos varadouros de um universo de experiências que desnuda a situação de significativos grupos de “mulheres da floresta”.

Sua figura “esquelética” e viril, sua voz falhada, seus cabelos “assanhados” e ressecados, usando vestimentas que interceptam uma vaidade silenciada, projetando um braço para a frente, em ritmos que procuram acompanhar sua narrativa, enquanto o outro se encolhe num lento e afetuoso embalo à criança em seu colo. Enquanto fala, outras duas crianças, assustadas e curiosas, lhe puxam para um lado e outro chamando, buscando sua atenção.

O apelo de suas palavras embaralha outras cartas do “jogo da vida”, no interior dos seringais. Seu contraponto impele uma fúria interior, uma reação revoltada à tentativa do

<sup>7</sup> Depoimento da trabalhadora rural, Maria da Silva, residente no Seringal Valparaíso, 1995.

patrão de lhe ter como parte de suas posses, ou de outro modo, tomar-lhe aquilo que sustenta por decisão e ato próprio: sua honra e dignidade.

Ao não aceitar as latas de sardinha e conserva, nem tampouco se intimidar com as ameaças e os atos do patrão em derrubar sua moradia, essa trabalhadora demonstra sua força. Força essa, articulada nos meandros do medo pela necessidade de sobrevivência, mas fundamentalmente assentada numa dignidade que cala fundo.

Referindo-se ao patrão com um insistente “ele”, Maria Silva, como que a demonstrar indiferença e receio, marca visivelmente uma diferenciação entre ela (bem como os membros de sua comunidade) e o outro, o dono do seringal, referencial de poder/opressão/controle.

Acompanhando seu relato, percebemos que ampara-se nos vizinhos (enquanto os filhos choram), como quem busca forças em outros personagens de um “pesadelo real”. Personagens que recriam na fala o esquecimento da dor, emergindo “desorientados” no cenário da cidade de Cruzeiro do Sul, como “simulacros de cidadãos”, em busca do reconhecimento de direitos que pairam abstratos em alguma escura e empoeirada gaveta dos senhores (ou sensores?) da justiça.

“Moro há 53 anos lá. Ele, lá no seringal, mata nossos porco, nossos cachorro. Primeiro ele mandava os capanga matá. A gente tinha que assiná um contrato prá prantá e só podia prantá pouco, na capoêra, num podia desmatá. Quem pescá no lago tem que dividi cum ele, se não dé ele diz que vai dá parte na justiça”.<sup>8</sup>

Aparentando ter saído de um conto de Jack London, reavivando com voracidade sentidos trágicos da experiência humana, o seringueiro Edmilson Bezerra, com sua fala calma, seus gestos descontraídos, seu olhar vazio e perdido em algum ponto para além das margens do Rio Juruá, estabelece um caminho narrativo repleto de situações que visam cercear a permanência de um amplo conjunto de famílias de trabalhadores extrativistas, no interior da floresta.

Para aqueles trabalhadores, a permanência na floresta implica não somente manter uma prática extrativista em torno da borracha, visando o comércio. Mais que isso, significa a garantia de botar roçados desenvolvidos a base de uma agricultura de subsistência, itinerantes pescarias e caçadas, coletas de frutos/folhas e raízes, viabilizando a manutenção de um modo de vida, de uma prática do ser seringueiro.

Essa economia baseada na pequena agricultura familiar, com cultivos básicos da macaxeira, feijão, arroz, banana e, em alguns casos, variados como o milho, amendoim, mamão, limão, cana ou laranja, bem como na criação de pequenos animais e aves, não visa meramente abastecer mercados: destina-se, essencialmente, a proporcionar a auto-sobrevivência.<sup>9</sup>

Ao recuperar sua trajetória de mais de meio século como trabalhador extrativista, o depoente desenvolve toda uma representação baseada, fundamentalmente, nas dificuldades experimentadas nos últimos dez ou quinze anos. É nesse período que se acentuou, ao lado de toda uma crescente desvalorização nos preços da “borracha nativa”, um agressivo processo de tentativa de desarticulação do extrativismo e o implemento de diversificadas estratégias por patrões, gerentes e empresas madeireiras na perspectiva de expulsar as famílias de trabalhadores seringueiros de suas colocações de seringa e posses ao longo das margens e barrancos de rios juruanses.

O alvo básico de todas as tentativas de “limpar a terra”, tirando do caminho populações tradicionalmente habitantes dos seringais, tem o objetivo, neste fim de século, de ampliar as investidas a recursos economicamente mais rentáveis a curto prazo, como madeiras nobres, minérios e outros elementos da biodiversidade dessa região, que tanto interesse tem despertado nas empresas internacionais.

Exemplo disso são as pesquisas desenvolvidas de forma clandestina por comissões e/ou estudiosos vinculados a instituições estrangeiras em áreas da Amazônia, e, em

<sup>8</sup> Depoimento de Edmilson Gomes Bezerra, trabalhador rural no Seringal Paraíso.

Entrevista realizada em Cruzeiro do Sul, no ano de 1995.

<sup>9</sup> Leonel, 1998, p.218.

particular, na região do Juruá, como foi denunciado por parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Acre,<sup>10</sup> que montou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar tal denúncia, bem como pelo CIMI e CPI, instituições vinculadas à questão indígena, em junho de 1997.

Uma vez acionado, o Ministério Público Estadual, através da Coordenadoria de Meio Ambiente, constatou que uma associação civil intitulada “Selva Viva”, desenvolvia pesquisas junto a comunidades indígenas do rio Juruá, recolhendo informações sobre espécies de plantas medicinais, bem como montando viveiros com amostras dessas plantas que, em conjunto com as informações colhidas entre aquelas populações nativas, serviriam como ponto de partida para a elaboração e comercialização de medicamentos por laboratórios de fármacos internacionais.<sup>11</sup>

Em outubro de 1999, três pesquisadores de uma empresa internacional, com sede na cidade de Naaldwijk, Holanda, foram detidos na área do Parque Nacional (PARNA) da Serra do Divisor, transportando dezenas de espécies de plantas medicinais e ornamentais: “Eles levavam estacas, bulbos, mudas, sementes e vários outros tipos de recursos para replantar e reproduzir as espécies amazônicas na Europa”.<sup>12</sup>

Nessas e em outras inúmeras denúncias que envolvem, inclusive, a participação de órgãos federais, percebemos o crescimento do interesse de empresas multinacionais por resinas, gomas, seivas, sementes e, particularmente, plantas e raízes medicinais, alvo predileto da farmacopéia internacional.

Tais interesses abrem novas expectativas em relação à exploração econômica da região. Em certo sentido, ela parece reproduzir todo um processo desencadeado a partir da segunda metade do século XIX, quando a “orgulhosa civilização” européia passou a depender de produtos “exóticos” para resolver problemas cruciais, inerentes à sua economia e aprimoramento técnico.

A forma econômica que emergiu desse processo foi um “novo imperialismo” que, segundo Hobsbawm, era o subproduto natural de uma economia internacional baseada em diversificadas rivalidades, impulsionadas, fundamentalmente, pela efervescência econômica dos anos 1880. Porém, o “desenvolvimento tecnológico agora dependia de matérias primas que, devido ao clima ou ao acaso geológico, seriam encontradas exclusiva ou profusamente em lugares remotos”<sup>13</sup> como o Oriente Médio, a África do Sul e a Amazônia.

Mas, passado pouco mais de um século, a lógica do mercado internacional não é mais a mesma e, em relação à Amazônia, seus interesses voltaram-se não apenas para a borracha natural, pois essa região representa a maior reserva da diversidade biológica do planeta, no dizer de Hermetes Reis:

“Assim, se um polímero natural – aquele da borracha – foi um dos principais responsáveis pelo surgimento da indústria da química orgânica e pela era dos plásticos, hoje é novamente um polímero – aquele representado pelo DNA – que condensa o futuro da biologia molecular e das biotecnologias. Naquela época como em nossos dias, a Amazônia ocupa um lugar central numa história decisiva para o mundo contemporâneo.”<sup>14</sup>

Uma outra questão a ser ressaltada, é que o interesse por novas práticas econômicas e pela exploração, em larga escala, de outros recursos naturais da floresta, recolocam em cena os conflitos pela posse da terra, principalmente, porque o estado brasileiro, legitimado na noção de propriedade jurídica herdada da Lei de Terras de 1850,

<sup>10</sup> Essa CPI, que foi presidida pelo deputado Edvaldo Magalhães, conseguiu organizar um expressivo dossiê sobre biopirataria na região do Juruá.

<sup>11</sup> Rego, Patricia Amorim, “Proteção Jurídica da Diversidade Biológica e Cultural”, texto de referência para Comunicação apresentada em Congresso Nacional sobre Biodiversidade, realizado em 1999, na cidade de São Paulo.

<sup>12</sup> Jornal A Gazeta, “Empresa Holandesa Patenteia Plantas do Juruá”. Rio Branco-Acre, 23 de outubro de 1999. A empresa autuada era a Handelskewerij Gebr. Valstar C. V., cujos representantes detidos, traziam em seu poder, além de equipamentos de botânica, folders publicitários em diferentes idiomas.

<sup>13</sup> Hobsbawm, 1988, p.96-101.

<sup>14</sup> Araújo, 1998, p.68-69.

superpõe a lógica do cartorial título de propriedade sobre as práticas, os usos e as formas culturais de definição territorial, costumeiramente utilizadas por diferentes comunidades de trabalhadores rurais, como os cursos d'água, as estradas de seringa, os castanhais e lagos piscosos, as cabeceiras de rios, os referenciais míticos ou sagrados, entre outros.

Nesses conflitos, a “espada da lei” abre caminhos para a livre passagem dos grandes proprietários e das elites regionais, na proporção em que se baseia em concepções jurídicas de um estado cujo modelo autoritário e uniformizador, não permite o diálogo com as diferenças e pluralidades sociais, como aponta Luiz Fachin, enfatizando que a ação do estado ao tentar “reduzir a conceitos únicos as ocupações de terra, sobressaindo-se desse aparato legal uma concepção unitária do fenômeno da posse”, torna-se “incompatível com a diversidade brasileira, de um modo geral, e com a diversidade amazônica de um modo especial”.<sup>15</sup>

Em seus discursos, comerciantes, empresários, patrões de uma maneira geral, bem como determinados parlamentares (porta vozes de madeireiros e agropecuaristas), articulam uma ótica que coloca o desenvolvimento regional amparado fundamentalmente na busca em retirar da floresta aquilo que ela pode oferecer para propiciar a geração de emprego e renda, mesmo que isso conduza a sua devastação.

Projeto que se justifica numa lógica desenvolvimentista que vê a natureza como mero recurso ao bem estar de um urbano, sinônimo de saúde, habitação, saneamento, educação e progresso para determinados grupos sociais desse mundo.

Nessa direção, chama atenção a reflexão desenvolvida pelo historiador britânico E. P. Thompson, ao enfatizar que: “...as expectativas globais estão se avolumando como o dilúvio bíblico, e que a presteza da espécie humana em definir suas necessidades e satisfações materiais de mercado - despejando todos os recursos da terra no mercado - pode ameaçar a própria espécie (no Sul como no Norte) com uma catástrofe ecológica (...) Como o capitalismo (ou seja, o ‘mercado’) recriou a natureza humana e as necessidades humanas, a economia política e seu antagonista revolucionário passaram a supor que esse homem econômico fosse eterno. Vivemos o fim de um século em que essa idéia precisa ser posta em dúvida. Nunca retornaremos à natureza humana pré-capitalista; mas lembrar como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano”.<sup>16</sup>

O discurso sobre bem estar e modernização ou exploração racional da região, separa artificial e enganosamente homem e natureza, como foi feito na agressiva prática do “limpar a terra”<sup>17</sup>, em voga desde os obscuros anos 1970. Separação que insiste em considerar a sobrevivência do homem na Amazônia apenas pelo viés econômico, desconhecendo que sua experiência articula aspectos vinculados a uma existência que engloba a sobrevivência física, psíquica e ambiental, na perspectiva daquilo que é apontado por Félix Guattari<sup>18</sup> como parte da busca de harmonia e bem estar das sociedades humanas no ambiente terrestre.

Não podemos ser ingênuos de atribuir, como elemento responsável pela desarticulação/desagregação dos modos de viver das comunidades de extrativistas e barranqueiros, a mera separação homem-natureza, mas, como nos aponta Mauro Leonel em sua “Morte Social dos Rios”, ela não pode ser descartada, por ser um aspecto relevante, dessa face das relações sociais:

“Não se trata apenas da perda da terra como perda de contato com a natureza, mas da perda da moradia familiar e de qualquer perspectiva de auto-abastecimento, de

<sup>15</sup> Fachin, 1994, p.553-559.

<sup>16</sup> Thompson, 1998, p.23.

<sup>17</sup> “Limpar a Terra”, sinônimo de queimar roçados, matar criações e derrubar casas de trabalhadores rurais para obrigá-los a vender e/ou abandonar suas posses, colônias ou colocações de seringa.

<sup>18</sup> Guattari, 1993.



solidariedade vicinal, perda introduzida pelo industrialismo, no caminho da perda da autonomia”<sup>19</sup>.

O que ocorreu no passado áureo do extrativismo, reordenando-se em outros interesses nos períodos de decadência da economia gumífera, caricaturizando-se com os grandes projetos da “última fronteira agrícola” dos “anos de chumbo” e, agora, sob a tônica de um “aviamento de miséria”, é toda uma manipulação do homem, alienando-o de sua humanidade, desfigurando-o como ser pensante, “desenraizando-o” de acordo com regras de conveniências circunstanciais, cujas denominações públicas são os receituários dos planos de desenvolvimento regional do passado e, mais recentemente, com o marketing de “desenvolvimento sustentável” do auto-intitulado “governo da floresta” que, paradoxalmente, colocou a retirada e venda de madeira como “carro chefe” de seu protótipo de desenvolvimento. Denominações estas que se constituem em “cortinas de fumaça”, para, em outras, palavras, ocultar que ocorreu e ocorre toda uma “violência contra a natureza humana”<sup>20</sup>.

A fala de Edmilson Bezerra, rearticulando o cerceamento imposto pelo patrão e seus “capangas”, no que diz respeito à criação de animais domésticos, às proibições da pesca, caça e restrições ao plantio de roçados, traz à tona todo um conjunto de obrigações e regulamentos impostos aos seringueiros amazônicos, desde o início da constituição dos seringais na região acreana, há pelo menos um século e meio:

“... nos marcos narrativos da literatura regional, vão surgindo as regras do que era permitido ou não, no cotidiano dos primeiros seringueiros amazônicos. Entre elas, estava a proibição de caçar, plantar, pescar, comercializar com terceiros, não somente com o objetivo de forçá-los a aumentar suas dívidas, comprando tudo o que necessitassem no barracão, mas condicioná-los a ocuparem todo seu tempo na extração de borracha”<sup>21</sup>.

Nesse sentido, é interessante acompanharmos um pouco o processo histórico de formação da empresa seringalista na região do Juruá acreano. Tal processo, iniciado por volta de 1850, foi marcado, como em todo o Acre, pela ação de exploradores em busca de terras, para delas se apropriarem. Sob o signo da grande propriedade latifundiária, a chamada “colonização” da região, efetivou-se pela investida de aventureiros que, alimentados pela ganância e ilusão do “enriquecimento fácil”, como aponta Airton Rocha,<sup>22</sup> partiam rio acima, apropriando-se das terras consideradas “sem dono”.

Desse modo, estabeleciam-se em propriedades que contavam com uma dimensão de dez a quinze mil metros de frente, enquanto os limites de fundo eram ilimitados: “pois ia até topar com outro explorador que viesse em sentido contrário, tendo alguns deles se apossado de rios inteiros ou de quase todo, com várias dezenas de quilômetros, ou mesmo de centenas, como se verificou nos vales do Liberdade, Valparaíso, Juruá Mirim, Mouras, Ouro Preto, na bacia do Juruá.”<sup>23</sup>

O antropólogo Mauro Almeida, afirma que o grande impulso ao significativo deslocamento populacional para o Vale do Juruá, deu-se, fundamentalmente, em função de uma série de transações especulativas nas propriedades recém formadas:

“Os padrões do médio curso financiavam exploradores (nordestinos e aventureiros de vários países), que subiam o rio e reivindicavam trechos localizados à sua margem. Voltando rio abaixo, os títulos informais de propriedade mudavam de mãos resultando em lucros rápidos, e o dinheiro permitia investimentos em novas áreas, mais acima. Assim, lanchas e vapores subiam, com víveres e trabalhadores, atrás de lanchas de exploração.”<sup>24</sup>

Se as explorações tiveram, portanto, diferentes significados, as evidências apontam que foi, fundamentalmente, nas duas últimas décadas do século XIX, que se deu de forma

<sup>19</sup> Leonel, op cit., 1998, p.229.

<sup>20</sup> Thompson, 1987, p.345.

<sup>21</sup> Rocha, 1998, p.80-81.

<sup>22</sup> Idem ibidem.

<sup>23</sup> Branco, 1961, p.177.

<sup>24</sup> Almeida, 1992, p.5.

mais acentuada o “maciço povoamento” da região do Juruá. “Povoamento branco”, marcado pela presença dos “exploradores de seringais”, que substituíam os “exploradores dos rios”, já se deslocando para a região sabendo para qual localidade: rio e seringal, se dirigiam.<sup>25</sup>

O surgimento do seringal, enquanto sistema de exploração da “goma elástica”, ocorreu no processo, mesmo, em que diferentes sujeitos sociais (homens e mulheres), foram constituindo-se enquanto trabalhadores extrativistas. Foi na transição das diferentes formas de exploração e conquista da região que trabalho e trabalhador se constituíram no interior da empresa seringalista.

As origens sociais e regionais dos trabalhadores, que para lá se dirigiam, eram tão diversificadas e díspares, quanto o foram suas práticas e modos de viver no nordeste, enfatizou Airton Rocha, pontuando que: “a maioria deles compunha-se de pequenos agricultores, criadores de animais, vaqueiros ou agregados que viviam no sertão, principalmente no cearense”.<sup>26</sup> Sujeitos esses que, no interior da floresta, passaram por todo um processo de assimilação/incorporação de valores, regras, práticas e conhecimentos no cotidiano de seu “fazer-se” enquanto seringueiros. Processo esse que, pejorativa e singularmente foi qualificado de passagem da condição de “brabo” à de “manso”, num processo de disciplinamento às regras da empresa seringalista que, simbolicamente, fazia alusão ao amansamento, à domesticação de um animal.<sup>27</sup>

A expansão para a região do rio Valparaíso, é um exemplo típico desse processo de conquista e exploração de terras para implantação do “sistema seringal”. Processo esse, em que a “administração pública estava ausente em tudo” e não havia a menor sombra de “concessão governamental”,<sup>28</sup> embora já vigorasse a “Lei de Terras”<sup>29</sup>, do governo de “Sua Magestade” o Imperador Dom Pedro II. Quando Vicente Coelho comprou as terras daquele rio, pagando a Antonio Geraldo da Silva, no ano de 1884, a quantia de 1.500,000 este já as havia adquirido de um outro explorador:

“Decorrido, aproximadamente, um anno, o seringal foi vendido a João Bussons, que, depois se associou ao mesmo Vicente Coelho e Pedro Gomes, denominando-o Valparaíso. Afastando-se Pedro Gomes da sociedade, continuaram os dous outros como donos, até que, com o falecimento de Coelho, Bussons dissolveu a sociedade, dividindo o seringal em duas partes: uma compreendendo a margem esquerda do igarapé Valparaíso, que entregou a Jonas e Julieta Coelho, filhos de Vicente Coelho, e outra abrangendo a margem direita do mesmo igarapé, que conservou o nome de Valparaíso, e lhe ficou pertencendo até o presente. A margem esquerda recebeu o nome de Russas.”<sup>30</sup>

A rapidez com que se efetuaram as transações: venda, compra, anexação de grandes propriedades, com as terras mudando de “donos da noite para o dia”, evidenciam a importância que essas passaram a obter num contexto de elevação da procura e dos preços da borracha (e isso era o mais importante) nos mercados externos. Esse aspecto, a forma como os “exploradores” apoderaram-se das “terras sem dono”, marcam de forma sintomática a problemática agrária na Amazônia, particularmente, a questão do uso e da posse da terra, até os dias atuais.

Evidencia, ainda, o significado da “Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850”, que em seu artigo primeiro ao decretar a proibição de “aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”,<sup>31</sup> viabilizava os interesses dos grandes proprietários, desarticulando as culturas de trabalhadores e, impedindo seu acesso às terras, colocando-

<sup>25</sup> Branco, 1922, p. 604.

<sup>26</sup> Rocha, op cit., 1998, p.36.

<sup>27</sup> Interessantes considerações nesse sentido, encontram-se na Tese de Doutorado de Benedita Esteves, Do “Manso” ao “Guardião” da Floresta, UFRRJ, 1998.

<sup>28</sup> Branco, op cit., 1961, p.178.

<sup>29</sup> Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que “Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica”.

<sup>30</sup> Branco, op cit., 1922, p.637-638.

<sup>31</sup> Barros, Curso de Direito Agrário – legislação, s/d, p.14-18.

os a disposição ou a mercê do mercado. Enfim, significava “vedar a propriedade da terra a escravos libertos, assim como a brasileiros – livres e imigrantes estrangeiros pobres, garantindo que a maior parte destes três contingentes trabalhasse diretamente em suas fazendas [dos latifundiários], como empregados.”<sup>32</sup>

Em relação às nações indígenas, é interessante salientar que, ali, nos domínios do Valparaíso, como em centenas de outras localidades e territórios acreanos, mesmo as que teimaram em desafiar e resistir aos “aventureiros” foram eliminadas ou escoraçadas para as cabeceiras dos rios, “nos divisores de águas, ou em locais que não interessavam aos novos senhores da selva”.<sup>33</sup> Os conflitos, as tensões, as assimilações de saberes e conhecimentos sobre a vida na floresta, bem como a rejeição do indígena como “inferior”, foram a marca mais visível do relacionamento de seringalistas e seringueiros com os povos e nações indígenas.

Em seu relato, “Le Riozinho da Liberdade”, o padre francês Constant Tastevin indica os mecanismos pelos quais os “civilizados” exterminaram grande parte dos indivíduos de diferentes nações indígenas, em suas “expedições punitivas” ou “correrias: “tinha-se o índio como um animal malfazejo, incapaz de civilização”.<sup>34</sup> Desse modo, ao lado de toda uma tentativa de eliminação dos povos indígenas, constituíram-se historicamente uma série de estereótipos a seu respeito, nos quais os “brancos colonizadores”, procuravam descaracterizá-los como seres humanos.

Resgatando todo um “inventário das qualificações negativas” atribuídas aos indígenas, o antropólogo Terri Aquino, aponta um conjunto de variáveis estereotipadas e preconceituosas (difundidas, principalmente, pelos patrões) que se fazem presentes em áreas rurais e urbanas do Vale do Juruá, onde a presença dos indígenas é muito forte: “caboclo não corta muita seringa porque é tudo preguiçoso”, “caboclo é tudo vagabundo”, “caboclo é uma nação que só vive pra comer”, “esses caboclo é tudo ocioso”, “tudo que é caboclo é ladrão”, “caboclo é um bicho sem futuro”, “caboclo é um ladrão traiçoeiro”, “caboclo é um bicho vingativo”, “caboclo é tudo cachaceiro”, “caboclo é metido a feiticeiro”, “caboclo é que nem bicho, um animal que não tem mentalidade”, “caboclo é que nem jumento, não amansa, acostuma”,<sup>35</sup> entre outros que se constituem como marca do relacionamento entre “brancos” e “índios” na Amazônia Sul-Occidental. Relacionamento esse, que foi e é, fundamentalmente, com suas culturas, encaradas como inferiores pela escala de valores do “mundo civilizado”.

Mas, voltemos ao fim do século XX, onde os diferentes caminhos deste estudo passaram pelas “terras de João Bussons”, no Alto Juruá, que, embora fosse homem afeito aos “atos de prepotência e contrários à lei”,<sup>36</sup> seus herdeiros invocam sua lembrança de grande proprietário da região do Valparaíso, desde a década de oitenta, do século XIX, para legalizar os atos de violência e cerceamentos das liberdades dos trabalhadores rurais daquele rio. Nessas “terras dos Bussons”, encontra-se o Valparaíso, onde trabalha Edmilson Bezerra: em sua morada, meu olhar vagueia por entre panelas velhas ao redor de um pequeno fogareiro de barro e pedaços de lata. Mais acima uma lamparina, ao mesmo tempo que clareia o espaço da cozinha com suas paredes, tais quais os outros cômodos, de palha e o assoalho de paxiúba, produz uma fumaça escura, enegrecendo tudo o que estiver em seu raio de alcance. A casa desse seringueiro-agricultor sinaliza numa interlocução que reluz em seu distante olhar. Mais que denúncia, a apreensão desse ambiente indica-nos a desvalorização de seres humanos, como que condenados em vida ao esquecimento, segregação e silêncio.

<sup>32</sup> Minc, Carlos, *A Reconquista da Terra: Estatuto da Terra, lutas no campo e reforma agrária*, 1985, p.23.

<sup>33</sup> Branco, op cit., 1961, p.178-79.

<sup>34</sup> Tastevin, “Le Riozinho da Liberdade”, 1928, p.211, apud AQUINO, Terri Vale de. *Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”*. Brasília: UNB, 1977, Dissertação de Mestrado.

<sup>35</sup> Aquino, op cit., 1977, p.74-76.

<sup>36</sup> Branco, op cit., 1961, p.234.

Referindo-se ao patrão na terceira pessoa: “ele mata nossos porco, nossos cachorro”, Edmilson, assim como outros homens e mulheres do Valparaíso, deixa claro a diferença, a oposição, o conflito, conferindo ao seu discurso uma consciência política, oriunda da própria experiência social nos marcos da empresa seringalista e dos enfrentamentos dissimulados, estratégicos, silenciosos, que nela se estabelecem, mesmo das formas mais sutis. Uma consciência que realça a perspectiva da liberdade como metáfora da vida, da experiência humana, no dizer de Hannah Arendt.

As ações de trabalhadores e trabalhadoras dos seringais Russas e Valparaíso, em Cruzeiro do Sul (Acre), tentando articular cooperativa e associativismo para compra/venda de borracha e mercadorias, são como remos na contra corrente, indicando que suas intervenções são mais expressivas no resgate de uma condição humana digna, que as referências a um patrão na terceira pessoa do singular. Ações organizadas, como criar uma cooperativa e, depois, uma associação no interior de seringais, somadas às muitas estratégias individuais de sobrevivência, dão conta das amplas e plurais possibilidades de ação, reafirmando a máxima das atitudes humanas como propiciadoras do inesperado, capazes de realizar o infinitamente improvável.<sup>37</sup>

Quando Gerônimo Borges Filho, Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Cruzeiro do Sul, em março de 1991, firmou sua assinatura e sua decisão comprometida com os grandes proprietários da região, num Mandado de Interdito Proibitório, impondo a trabalhadores rurais um conjunto de cerceamentos, estabelecia os rígidos limites, as sanções da lei, não como forma de solucionar conflitos, mas como meio de controle e disciplinamento aos que, teimosamente, desafiavam regras com atitudes transgressoras e prenes de estratégias de sobrevivência.

Ao impor aos seringueiros a condição de “... se abster da instalação de cooperativas, de venda de mercadorias, produção e compra de borracha, dentro dos limites dos seringais Valparaíso e Russas...”,<sup>38</sup> o juiz de direito daquela comarca ratifica a existência de uma ordem judiciária que apoia/institui regras e impedimentos legais à livre organização de trabalhadores, bem como dissimula a impunidade a patrões que lançam mão de atos agressivos contra famílias de extratores/agricultores, não obstante toda uma acentuada crise e desvalorização do extrativismo da borracha.<sup>39</sup>

Por entre os fios que tecem a rede de relacionamentos na qual estão envolvidos trabalhadores extrativistas, gerentes de seringais, comerciantes e fazendeiros de Cruzeiro do Sul, instituições públicas como IBAMA, Poder Judiciário e forças policiais, surgem esferas de um Estado mediador comprometido em instituir regras de controle que dão conta de toda uma “complexidade social das relações de poder”.<sup>40</sup>

Submeter sujeitos sociais, oriundos de diferentes localidades e modos de vida, à condição de trabalhadores extrativistas na Amazônia foi a regra que acompanhou a mentalidade de patrões, comerciantes, casas aviadoras e mesmo do Estado brasileiro, a exemplo da “Batalha da Borracha”.<sup>41</sup> Condição essa quase sempre precedida por intensas campanhas no sentido de “falsear a realidade” e criar a ilusão do enriquecimento fácil, constituindo um leque de relações que tem procurado confinar o trabalhador a uma tríade de subordinação-lealdade-obediência.

### **Obediência para sobreviver, transgressão para viver**

Pedro Durico de Aguiar, um “velho” que passou sessenta e dois anos de sua vida trabalhando no “fabrico da borracha”, em seringais do Vale do Juruá e outros vinte e cinco,

<sup>37</sup> Arendt, 1991, p. 191.

<sup>38</sup> Estado do Acre, Poder Judiciário, Mandado de Interdito Proibitório, Cruzeiro do Sul, 22/03/1991, fl.02.

<sup>39</sup> Albuquerque, 1999, p.18.

<sup>40</sup> Antonacci, 1993, p.18.

<sup>41</sup> Martinello, 1988.

como colonheiro, nas proximidades de Rio Branco, simplifica com palavras secas, orgulhosas, uma face do controle a que estavam submetidos no seringal:

“Nóis ficava ali e vamu cortá borracha e entregá pro home. Num podia prantá nada, só comprá no barracão e era assim: ia a borracha e vinha mercadoria, agora no dia que a gente num cortava, que adoecia ou outra coisa, ai num tinha mercadoria e a gente num tinha valor. Só valia se fosse trabaiando, cortando, cortando, sendo bom seringueiro como eu sempre fui e nada de tirá um saldim que fosse. A gente tava ali preso no trabalho, devendo, devendo e olha que eu pagava tudo que pegava, mas num tirava saldo, mermo sendo como eu era, trabalhador demais, só que vivia que nem bicho, preso numa gaiola, sem ter prá onde correr.”<sup>42</sup>

A fala desse ex-seringueiro, projetada do fundo de uma rede atada nas vigas de um pequeno e solitário quarto, na cidade de Rio Branco, entre o Preventório<sup>43</sup> e a antiga sede do Projeto Rondon, alcança-me como representação de experiências de um tempo passado que se rearticula num hoje pela força de uma memória ativa, dinâmica, no dizer de Raphael Samuel, moldando tempos/imagens passadas no e através do presente, onde o que sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que lembra.

Ao ouvir sua voz, lembrando-me de seus gestos, da estranheza de seu olhar, enquanto transcrevo para o papel as suas palavras, observo o conflituoso terreno onde estavam “internalizados” os valores morais, as regras de comportamento estabelecidas pela empresa seringalista que, aliadas a uma dívida impagável, “entremeavam os fios da cadeia de um controle rígido e violento, visando, antes de mais nada, ‘imobilizar’ centenas de trabalhadores na ‘solidão’ de suas colocações de seringa.”<sup>44</sup>

Nas trilhas da experiência social de diferentes sujeitos envoltos na densa floresta, no processo de construção/constituição da empresa seringalista e do ser seringueiro, a instituição de valores como “ser bom trabalhador (cortar muita seringa)”, “ser homem cumpridor de suas obrigações (pagar todas as dívidas no barracão)”, “não comercializar por fora (com marreteiros)”, “ser respeitador”, “não matar/não roubar”, articulam-se com toda uma dinâmica de vida. Vida pautada na realidade material, mas que não elimina os sonhos, as crenças, as vontades próprias, os atos de “desviar a borracha” ou de “colocar sujeira nas pelas”, para fazê-las ganhar mais peso, aliadas a um conjunto de outras práticas como os adjuntórios, as farinhadas de meia, os encontros religiosos e as festas, funcionando, na maioria das vezes, como meios de ludibriar a vigilância e o controle dos patrões.

Apontando para os múltiplos significados que o viver social implica, esses trabalhadores também experimentam desavenças entre si, “questões” originadas desde pequenas coisas do dia-a-dia, como o caso de um porco que invade o roçado de um vizinho a formas mais graves, como um seringueiro que corta seringa na estrada do outro e estraga suas madeiras. Situações que explodem em atentados contra a vida do outro, em bebedeiras de festas nas próprias colocações ou espancamentos de mulheres por seus maridos.

Nesse sentido, são interessantes as considerações do antropólogo Mauro Almeida, quando desenvolve todo um conjunto de reflexões acerca dos significados e importância das reservas extrativistas, em particular para a necessidade de percebermos que nessas áreas convivem diferentes agrupamentos de famílias de trabalhadores, com valores e práticas culturais diversificados e que, também experimentam diferentes tipos de tensões e conflitos entre si:

“... A noção de governo local baseado em corporações tradicionais é inadequada em geral e em especial no caso de camponeses florestais com individualismo muito acentuado, como é o caso dos seringueiros (...) Essas coletividades não formam em geral uma

<sup>42</sup> Depoimento de Pedro Durico de Aguiar, ex-seringueiro no Vale do Juruá e colonheiro em Rio Branco. Entrevista realizada (em vários encontros) entre julho de 1993 e janeiro/fevereiro de 1994.

<sup>43</sup> Educandário organizado por Eunice Weaver, conhecido como Preventório, com mais de cinquenta anos de existência, abrigando e desenvolvendo inúmeras atividades com crianças carentes, em torno do qual se formou um Bairro que leva o mesmo nome.

<sup>44</sup> Rocha, op cit., 1998, p. 77.

'comunidade'. Na base de áreas florestais há grupos domésticos ocupando territórios, formando coalizões com outros grupos domésticos ou 'casas florestais' (...) Tais blocos de casas, casas extensas e parentelas florestais estão a todo momento envolvidos em conflitos com outras casas, com outras casas extensas e com outras parentelas. O motivo desses conflitos pode ser o acesso aos recursos naturais: o direito de criar porcos e gado soltos na floresta, o direito a caçar com cães, o acesso a lagos piscosos. Em conseqüência, a suposta 'comunidade' de fato não tem unidade como um corpo de ação coletiva, nem como um corpo moralmente integrado, nem como um conjunto de parentes..."<sup>45</sup>

Apesar de longas, essas observações de Mauro Almeida são importantes na percepção do viver nos seringais. A apreensão desse viver evidencia dimensões das culturas de trabalhadores extrativistas como algo que é socialmente "construído". Construção contínua em todos os momentos da vida diária e, fundamentalmente, marcada pelas tensões peculiares ao mundo do extrativismo, onde as contradições estão presentes como conflitos de valores e de interesses, em uma constante luta política ou numa luta de classes que é "ao mesmo tempo uma luta acerca de valores".<sup>46</sup>

Pedro Durico era um desses homens que se diferenciava de muitos dos seus colegas seringueiros pela forma como encarava a vida. Saiu de casa aos dezessete anos, em pleno curso da primeira guerra mundial, desconhecia as letras do mundo "civilizado", mas tinha um profundo conhecimento de seu mundo e dos saberes da floresta, aliado a uma sóbria dignidade de ser "bom trabalhador", de saldar suas dívidas. Muitas vezes referia-se aos seus patrões com ironia, evidenciando uma consciência das manobras utilizadas pelo barracão no intuito de tirar vantagem nas relações de trabalho com os seringueiros.

Consciência essa que não o impedia de experimentar uma espécie de "obediência plena" ao patrão/barracão num mundo marcado por relações amparadas em normas e regras que adquiriam força de leis e eram expressas na forma de "regulamentos", como bem apontou a historiadora Benedita Esteves, dando conta de que num ambiente onde controle e disciplina eram utilizados para a manutenção da força de trabalho, "as proibições foram dirigidas para moldar comportamentos e criar dependência a um único patrão".<sup>47</sup>

Em seus apontamentos de viagem por rios juruaenses, a antropóloga Eliane Cantarino O'dwyer, evidencia uma série de conflitos entre trabalhadores rurais extrativistas e patrões, onde surgem inquietantes dimensões dessa busca de moldar comportamentos, controlar, imobilizar o trabalhador às quais temos feito referências:

"...O patrão de apelido Manuel Banha, preposto de Cameli, perseguiu os seringueiros tomando-lhes como forma de pagamento pela dívida toda sorte de bens. Entre os quais motor, máquina de costura, vaca leiteira etc. Agindo arbitrariamente com a ajuda da polícia (...) Aqueles que nada tinham para ser subtraído eram punidos com todo tipo de 'judiação'. Segundo contaram, 'o cabra era amarrado de braço para trás, obrigavam-no à correr em cima das pontes, muitos caindo de cara nos igarapés'."<sup>48</sup>

As punições, coerções físicas impostas aos trabalhadores extrativistas no Alto Juruá e em outras regiões amazônicas geralmente são acompanhadas de ameaças, eficientes para "domesticar" no aspecto psicológico, cuja presença de policiais e oficiais de justiça, acompanhando patrões, simboliza a utilização de aparelhos do Estado para impor o medo e a força na disciplina do trabalho, bem como para legitimar o arbítrio e justificar a legalidade das práticas de trabalho compulsório.

As "miseráveis" diárias de três ou quatro reais, pagas em "troco" de mercadorias de qualidade duvidosa a rapazes de 14,15 e 16 anos, por dias inteiros trabalhando na retirada de madeira, como pude acompanhar ao longo do rio Muru; as denúncias feitas por seringueiros do Valparaíso, ao Sindicato de Trabalhadores Rurais e ao Conselho Nacional

<sup>45</sup> Almeida, 1994, p.269.

<sup>46</sup> Thompson, 1981, p.189-190.

<sup>47</sup> Esteves, 1999, p. 62.

<sup>48</sup> O'dwyer, Parecer Antropológico Sobre Formas de Trabalho Escravo nos Seringais do Alto Juruá - Estado do Acre, 1989, p. 81-2.

dos Seringueiros, sobre proibição da venda de borracha ou outros produtos da floresta para marreteiros, proibição de retirada de madeira para confecção de canoas, cobrança da “renda”, ameaça de prisão na cidade, entre outros impedimentos, acenam como páldas referências dos muitos conflitos vivenciados nos altos rios da região.

É nesse contexto de busca na manutenção de uma “ordem do trabalho”, ou melhor, de uma imposição de subserviência aos interesses de patrões, marreteiros e comerciantes de pequenos povoados e cidades amazônicas que gostaria de ressaltar um pouco daquilo que me acompanha desde há muito: a vivência com pessoas que, originadas do interior de seringais, traduzem uma multiplicidade de pontos de vista acerca de suas formas de viver.

Dialogando com essa vivência é possível antever uma plêiade de situações em que mulheres e homens, trabalhadores em diferentes situações no interior de seringais, reivindicam uma relação harmoniosa, justa, tranqüila com aqueles que, utilizando diversificadas estratégias, depauperam suas vidas, extorquindo, em viciado escambo, o resultado da produção material de suas existências.

Oscilando entre uma dissimulada e, às vezes, aberta crítica ao passado para justificar o presente, ou denunciando as mazelas do hoje para reivindicar um passado mais feliz, trabalhadores de diferentes rios no alto Juruá, colocam no centro de seus pontos de vista os costumes: as relações de troca com o barracão/regatão, as festas, as diferentes épocas de botar roçado, caçar, pescar, colher frutos silvestres, fazer farinha, realizar adjuntórios, cortar seringa, os casamentos ou batizados de crianças nas desobrigas da igreja católica, as lavagens de roupa nos paranãs, a convivência com os filhos, a solidariedade com os vizinhos, os sonhos de escola e saúde, a busca de uma maior produção de borracha para tirar saldo no barracão, os saberes e conhecimentos sobre a mata armazenados e transmitidos através de uma oralidade sempre presente, o contar histórias e “causos”, entre tantos outros momentos e caminhadas no interior da floresta.

No desenvolvimento das estratégias de sobrevivência, criando e recriando alternativas que visam a garantia das coisas mínimas necessárias à sobrevivência diária, como sal, munição, açúcar, café, tecidos, espingardas, terçados, espoleta, entre outros, buscam, fundamentalmente, a manutenção de um modo de vida ameaçado ou em vias de desarticulação.

Nesta direção, considerar as diversificadas práticas desenvolvidas por trabalhadores extrativistas para burlar as regras de controle estabelecidas segundo os interesses dos patrões, como uma generalizada luta pela substituição das normas e mecanismos de poder no seringal, significa, no mínimo, enfeixá-los, homogeneizá-los artificialmente, desarticulando-os do contexto histórico em que instituem/constituem seus afazeres cotidianos.

Suas lutas se dão no campo de uma materialidade que coloca a sobrevivência como ponto de partida, sendo que esta sobrevivência é articulada por uma série de fatores onde não podem ser menosprezados os costumes, a compreensão de mundo e as condições reais de existência. Mais que isso, cabe salientar, essas lutas são articuladas em situações localizadas, momentâneas, direcionadas não para a transgressão da ordem ou da propriedade, mas a objetivos afinados com suas necessidades, com seus viveres. Não obstante, sinalizam para a complexa questão da reforma agrária no âmbito de nossas amazônias.

Quando um grupo de trabalhadores dos seringais Russas e Valparaíso articulam-se com o objetivo de organizar uma cooperativa para compra e venda de borracha, bem como de outras mercadorias a serem revendidas no dia-a-dia, fazem-na por estarem insatisfeitos com o aviamento e os preços oferecidos pelo barracão/marreteiro, que, em última instância, inviabiliza a manutenção daquelas famílias de extrativistas no interior dos seringais.

Nessa direção é interessante acompanharmos o depoimento de José Edson da Silva, seringueiro daquela área:

“Ele (o patrão) albriga a gente a comprá só no barracão, mas lá no barracão a gente num compra porque num tem é nada e quando tem o preço é absurdo. É 100%, é 200% a

mais do preço que ele põe. É proibido as pessoa (os marreteiros) encostá prá vender e até mermo entrá no seringal”.<sup>49</sup>

Algumas passagens da fala de José Edson, ao serem destacadas, realçam o conjunto extremamente rico de contradições e conflitos em que estão envolvidas significativas parcelas de trabalhadores extrativistas: o patrão “albriga”, “a gente num compra porque num tem é nada”, “quando tem o preço é absurdo”. Mais que ambigüidades, a magia dessas palavras, para utilizar uma expressão de Pierre Bourdieu em “A Economia das Trocas Lingüísticas”, nos remete ao universo simbólico da apreensão do mundo por muitos trabalhadores extrativistas.

Nas trilhas de suas palavras, o patrão se faz presente como parte indissociável de um mundo onde são aceitas as imposições, reproduzindo-as nas mais minuciosas manifestações diárias, tanto quanto são condenadas e/ou rejeitadas. Essa apreensão possibilita-nos dialogar com as estratégias para burlar a “ordem estabelecida” não como forma de ameaça à propriedade e à legitimidade do poder, mas encará-las na dimensão própria das lutas pela sobrevivência.

As lutas para satisfação das necessidades ocupam e convivem com os mesmos espaços, os mesmos territórios, as mesmas crenças, ilusões, valores e vontades que articulam as relações e enfrentamentos abertos ou silenciosos entre patrões e trabalhadores extrativistas. Como partes inseparáveis de um todo, elas caminham por rios, estradas de seringa, mercados e varadouros, interpretando sentidos diversos em um mundo cuja marca de referência é o indeterminado.

É preciso atentar, por outro lado, que muitas vezes as experiências de instalar cooperativas por parte de trabalhadores rurais resultaram em novos tipos de conflitos, em particular pelas dificuldades de conseguirem garantir legitimidade aos responsáveis em administrá-las e, de um modo geral, com seus associados/membros, identificando suas diretorias com os padrões tradicionais e mantendo com elas a mesma subalternidade paternalística que sempre marcou a relação barracão-colocação.

Acompanhando falas, observando fotografias, revirando envelhecidas anotações e fotocópias de documentos, vou tateando por um chão impreciso, procurando dialogar com sujeitos de um mundo que desconecta arranjos e re-arranjos, os modelos racionais, as lógicas formais. Sujeitos entristecidos, atentos, indiferentes, alegres, inconformados, resignados, articulando palavras/cantos em ziguezagueantes histórias, compondo um mosaico de muitas cores, muitos sentidos e significados, repletos de experiências sociais.

Em junho de 1997, o sindicalista José Sales denunciava à opinião pública acreana, através do jornal Página 20, a compulsória relação de exploração de seringueiros no alto Envira, por parte de patrões e marreteiros, onde:

“... um Kg de açúcar custa o equivalente a cinco Kg de borracha, uma lata de óleo custa seis Kg, o sal custa 3 Kg, uma lata de leite em pó custa 14 Kg e uma caixa de espoleta Tupã chega a custar 100 Kg de borracha”.<sup>50</sup>

Denúncia essa que evidencia práticas do patronato rural na Amazônia juruaense, insistindo na manutenção de formas tradicionais de “imobilização” dos trabalhadores através da manipulação dos preços nas mercadorias e estivas por eles “aviadas”. A extorsão advinda com a imposição de sobrevalores “a produtos de necessidade básica às populações da mata, lhes impõe um estado de profunda carência material, afetando-lhes a saúde e a possibilidade de se manterem no interior dos seringais”.<sup>51</sup>

Semelhante tipo de extorsão pode acompanhar em algumas áreas do rio Muru, agravadas por um conjunto de violências que refazem estranhos caminhos nos limites da experiência humana:

<sup>49</sup> Depoimento do trabalhador rural José Edson da Silva Filho, morador do Seringal Valparaíso. Entrevista realizada em junho de 1997.

<sup>50</sup> Depoimento de José Sales, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Feijó/AC. Publicado no Jornal Página 20, de 29 de junho de 1997.

<sup>51</sup> Albuquerque, op cit., 1999, p.21.



“As veiz a gente num sabe o que dizê, falá por falá num é bom, é melhó ficá que nem bico de brasa (pequeno pássaro da região) espiando a chuva, só virando a cabeça prá lá e prá cá (...) Uma veiz tava lá preso, acuado feito embiara, sendo judiado, almielhado prá pagá quinze quilo de borracha que eles dizia ser num sei nem quanto. Era assim que nem cachorro amarrado, levado prum canto e outro e tirava madeira e brocava e cortava seringa, abria curral e apanhava. Num sei nem quanto tempo, dias e dias. Ainda judiavum, jogavum na lama feito porco, deixavum sem cumida. Quando acharum que já tinha pago, mandarum ir e ficá calado se não morria. Ai eu fui prá lá (para a colocação onde residia) e mandarum procurá rumo que se ficasse lá morria”.<sup>52</sup>

Passei vários dias buscando uma aproximação com o “Sebastião do Iboiaçú”, como esse trabalhador era conhecido nas cabeceiras do Muru. Sua indiferença frente aos meus interesses, sua decisão em não mencionar os conflitos vivenciados no alto Muru, intrigavam-me, não porque gostaria que ele falasse de algo que eu próprio já tinha tomado conhecimento quando da pesquisa com os trabalhadores daquele rio, mas, fundamentalmente, porque dava-me conta de que quase quatro anos após, era visível o medo que sentia em tocar naquele assunto.

A reconstrução de situações vivenciadas, possibilitadas em diferentes formas de reinterpretação do passado por intermédio de uma memória que “é ativa, que molda; que é dinâmica”, no dizer de Samuel Raphael, coloca esse trabalhador frente a frente com sua trajetória, dialogando com ela como se ele próprio estivesse ausente, porque é algo que lhe enche de vergonha, derrota, desonra.

Sua fala parece transferir-se de uma espacialidade/temporalidade concreta, em que experimenta suas vivências, para um lugar não definido, abstrato, repleto de signos subjacentes entre o universo da floresta e seus valores morais. Transmutando-se ora como pássaro ou pequenos animais da floresta (as embiaras), ora como um cão doméstico, Sebastião Antônio reencontra forças para enfrentar e/ou afastar de suas lembranças as coisas que lhe atormentam e o agridem como homem, na acepção mesmo de uma moral cunhada no interior da empresa extrativista, como referência ao ser “macho”, ser corajoso.

A narrativa quase sempre na terceira pessoa, com a omissão do “eu”, apresentada no mesmo chão em que se omite nome de lugares e de patrões, como se estivesse desarticulado de um dado contexto histórico, parece funcionar para Sebastião Antônio como uma alternativa de buscar refúgio naquelas zonas da introspecção humana em que determinados sujeitos tornam-se indiferentes aos conflitos que envolvem intensamente toda a trama do social.

Dialogando com falas, gestos, maneiras de agir e outras formas de expressão, é possível apreendermos dimensões de tais conflitos, centradas não apenas nos processos de satisfação das necessidades materiais, nas relações de trabalho e troca com os gerentes de barracões e marreteiros, mas articuladas em sentimentos, crenças e valores, coisas impossíveis de serem percebidas na perspectiva meramente econômica, que perpassam as barreiras daquele tempo “homogêneo e vazio” do qual nos fala Walter Benjamin<sup>53</sup>, encontrando eco nos ensinamentos e saberes que acompanham diferentes gerações.

A trajetória de Sebastião Antônio é impar, única porque constitui-se no âmbito da formação de uma experiência que é pessoal, sua em gestos e em palavras. No entanto, não se pode deixar de considerar que, também, enraiza-se como parte de uma coletividade, pois assemelha-se às trajetórias de muitos outros homens e mulheres, trabalhadores destinados “a pagá prá trabaíá, pagá pros patrão enricá, pagá prá ser enganado e pagá prá o barracão

<sup>52</sup> Depoimento do trabalhador rural Sebastião Antônio Santos Feitosa, que trabalhou 22 anos em seringais do Muru e atualmente corta seringa no rio Tarauacá. Entrevista realizada em março de 1997.

<sup>53</sup> Benjamin, 1994, p.229.

num fechá”,<sup>54</sup> como enfatizou num misto de lucidez e fatalidade, dona Adélia Quintino, trabalhadora “nômada” de rios juruaenses.

“Me alembro dessas coisa e fico assim pensando nas tristeza da vida...”, atalhou-me, em uma manhã chuvosa, seu Simão de Oliveira, trabalhador do rio Valparaíso, explicando-me seus desencantos, desenterrando das lembranças as suas tristezas, como quem deseja desapropriar-se de “velhas dores” da vida:

“Uma vez a filhinha do meu fio morreu e meu fio enterrou ela no cemitério do lado da casa dele (do patrão) e ai ele mandô arrancá os osso da criança que já tinha sido enterrada, porque num quer ninguém enterrado do lado dele. Essa criança tinha oito meses e nós num tinha o que fazê”.<sup>55</sup>

“Recordar e contar já é interpretar”, escreve Alessandro Portelli, alertando-nos, convidando-nos a perceber que os fatos narrados por aqueles com quem dialogamos, através de depoimentos orais, são repletos de significados que atribuem e expressam no processo próprio de lembrar, filosofando com suas vivências relatadas: “A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso”.<sup>56</sup>

A perspectiva delineada por Portelli possibilita-nos uma aproximação da fala de Simão Oliveira, como interpretação e reinterpretação de um conjunto de situações vivenciadas, em que chama atenção o sentido trágico de seu discurso, das perdas familiares, reconstruídas pela memória e pela fala, entre longas pausas e silêncios. Interpretações que, impulsionadas por sua subjetividade, dão conta de valores e coisas profundamente vinculadas às experiências e tensões comuns a tantos outros trabalhadores extrativistas.

Dialogando com a subjetividade desses sujeitos, lanço mão de reflexões desenvolvidas por Raymond Williams,<sup>57</sup> em quem, assim como os pensamentos, os sentimentos ganham forma e historicidade “social e material”. São as “estruturas de sentimentos”, reais, dinâmicas e móveis historicamente, como todo um conjunto de práticas coletivas, que encontram e dão sentidos aos laços de solidariedade, socializando formas de enfrentamento com os padrões, bem como os sonhos que possibilitam a crença em uma vida mais digna.

A própria fala de Simão Oliveira propicia-nos evidências desses aspectos que não estão inseridos nas lógicas enrijecidas de um determinismo econômico:

“Quando o Juiz disse que num podia ninguém mais entrá lá ficou tudo mais difícil. Antes, com o outro patrão, tinha de tudo, mercadoria no barracão, remédio. Quando o Manel Lopes (patrão) entrou lá, ai ficou tudo muito difícil mermo. Quando ele entrou, matou todas as nossa cria: os porco, os boisim e até os cachorro, prá gente num pudê caçá. Agora que nós ficamu lá se batendo, procurando achá uma melhora prá pudê ir vivendo assim que nem tamu”.<sup>58</sup>

As tentativas de desarticulação de toda uma economia de subsistência fizeram e fazem parte das artimanhas de seringalistas e gerentes de seringais como forma de atingir não somente as bases de sobrevivência familiar (que amenizam as dívidas com o barracão), mas também o equilíbrio psicológico de mulheres e homens, procurando impor uma hegemonia do poder legitimada pelo título de propriedade da terra e pelo arbítrio que semeia “medo” e “desilusão”.

<sup>54</sup> Depoimento da trabalhadora rural Adélia Quintino de Souza, que durante 26 anos trabalhou em seringais dos rios Envira, Tarauacá e Muru. Entrevista realizada na cidade de Tarauacá, em fevereiro de 1994.

<sup>55</sup> Depoimento de Simão Silva de Oliveira, trabalhador rural da área do rio Valparaíso, em Cruzeiro do Sul/Acre. Entrevista realizada em setembro de 1996.

<sup>56</sup> Portelli, 1996.

<sup>57</sup> Em Williams, *Marxismo e Literatura*, 1979, a experiência social configura-se como um processo em que o central é acompanhar significados e valores tal como são vividos.

<sup>58</sup> Depoimento de Simão Silva de Oliveira, entrevista citada, 1996.

## Ponto para outras partidas

As evidências surgidas ao longo da pesquisa nas cidades (“rua”) e nos seringais (“mato”), apontam que representativos grupos de madeireiros, gerentes de seringais, comerciantes e marreteiros, experimentam um viver em condições bem mais cômodas que os trabalhadores, mantendo casas em núcleos urbanos como Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Feijó e mesmo Rio Branco; movimentando contas bancárias; desenvolvendo outros negócios; e fazendo viagens de lazer com suas famílias, para outros estados brasileiros.

Ao impor métodos arcaicos de controle e coerção física e mental aos trabalhadores extrativistas, no Valparaíso e em outros rios e localidades do Juruá, como o Envira e o Muru, por exemplo, o patronato, com suas diferentes matizes, tenta impor uma dominação absoluta, uma hegemonia do poder que neutralize as ações e perspectivas de seus “subordinados”.

A fragilidade desse ideal de controle e “poder absoluto”, evidencia-se nos inúmeros conflitos e queixas dos próprios patrões sobre os extrativistas: “fazem sujeira”, “são safados”, “tiram as borracha prá fora”, “são caloteiros”, entre outros adjetivos desqualificadores dos trabalhadores. Principalmente, quando estes buscam alternativas de sobrevivência à margem do barracão.

As tentativas de instalação de uma cooperativa, pelos seringueiros-agricultores do Valparaíso, constitui-se como forte evidência de que a hegemonia à qual nos referimos, não os impede de “defender seus próprios modos de trabalho e lazer, de formar seus próprios rituais, suas próprias satisfações e visão de mundo”. Nesse aspecto, vale a pena retomarmos as reflexões de Thompson que nos alerta para a preocupação de não levarmos a noção de hegemonia longe demais ou situá-la em áreas inadequadas. “Essa hegemonia pode ter definido os limites exteriores do que era política e socialmente praticável, tendo por isso influenciado as formas do que era praticado: fornecia a arquitetura nua de uma estrutura de relações de dominação e subordinação, mas dentro desse traçado arquitetônico era possível criar muitas cenas e representar diferentes dramas” (THOMPSON, 1998, p.78).

A partir dessa ótica, é possível considerar que barranqueiros, seringueiros, agricultores, peões de derrubada, caçadores, pescadores e outros sujeitos sociais do Valparaíso e do Juruá, inserem-se com suas práticas quotidianas como portadores de valores que tanto reproduzem quanto rejeitam o arbítrio e a intolerância do poder de seus patrões. Mais que isso, devemos considerar que a questão central, subjacente aos conflitos e violências por eles vivenciados, não é outra senão a agrária. Se, no presente, as imensas áreas de proteção ambiental, floretas públicas, reservas indígenas e extrativistas aparentam a idílica idéia de que ocorreu uma singular reforma agrária na Amazônia acreana, com imensas áreas de terras sob a posse jurídica do Estado e o uso pelas comunidades de habitantes da floresta, não podemos deixar de alertar que o usufruto das riquezas naturais da região continua servindo, como no passado, aos interesses de cartéis e grandes grupos de capitais externos à revelia dos interesses e da real melhoria das condições de vida das populações que ali habitam.

## Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. “Experiencias de Trabajo Obligatorio en Acre”, In: Revista Historia Antropologia y Fuentes Orales, Barcelona: Universidad de Barcelona, 1999.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Seringais e Trabalho na Amazônia: o caso do Alto Juruá (versão preliminar), 1992.

\_\_\_\_\_. “As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade”, In: ARNT, Ricardo (ed.), O Destino da Floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. A Vitória da Razão(?): o IDORT e a sociedade paulista. São Paulo: Marco Zero, 1993.

AQUINO, Terri Vale de. Kaxinawá: de seringueiro “caboclo” a peão “acreano”. Brasília: UNB, 1977, Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

ARENDT, Hannah. A condição Humana. 5ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, (obras escolhidas), v.1, 1994.

BRANCO, J. M. Brandão Castelo. “O Juruá Federal”, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo Especial, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

\_\_\_\_\_. “Povoamento da Acreania”, In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 250, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1961.

CHAUÍ, Marilena. Conformismo e Resistência. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. Do “Manso” ao Guardião da Floresta: estudo do processo de transformação social do sistema seringal a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, Tese de Doutorado.

FACHIN, Luiz, “Posseiros e Seringueiros: aspectos jurídicos”, In: Reforma Agrária, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 1990, apud Benatti, José Heder, “A Posse Agrária Alternativa e a Reserva Extrativista na Amazônia”, In: D’INCAO & SILVEIRA (orgs.) A Amazônia e a Crise da Modernização, 1994.

GUATTARI, Félix. As Três Ecologias. 3ª ed., Campinas: Papyrus, 1993.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEONEL, Mauro. A Morte Social dos Rios. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 1998.

LINCH, Kevin. A Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70, 1989.

MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico. Rio Branco: Cadernos da UFAC, 1988.

PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, In: Dossiê Tempo. Texto base de palestra proferida no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, em agosto de 1996.

ROCHA, Ailton chaves da. Trabalho e Dominação nos Seringais do Acre. São Paulo: PUC 1998, Dissertação de Mestrado.

THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Costumes em Comum: ensaios sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

WILLIAMS, Marxismo e Literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

\_\_\_\_\_. O Campo e a Cidade: na história e na Literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1990.